



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, AUDIOVISUAL E CIDADANIA: relato de experiência no distrito rural do Vale dos Sonhos

Gilson Moraes da Costa¹
(Universidade Federal de Mato Grosso)

Maurício da Silva Guedes²
(Universidade Federal de Mato Grosso)

Gabriel Dias Brito³
(Universidade Federal de Mato Grosso)

O Núcleo de Produção Digital (NPD – Araguaia) é resultado de uma parceria entre a UFMT e o Ministério da Cultura, realizada no ano de 2014, através de uma política de descentralização do audiovisual. Uma das primeiras ações do Núcleo foi a criação do Circuito Exibidor do Araguaia, formado por 10 cineclubes distribuídos entre municípios médio-Araguaia e oportunizou uma intensa cadeia de exibição de obras audiovisuais independentes e educativas, a partir de parcerias com escolas, secretarias municipais de cultura e Educação e comunidades indígenas da etnia *xavante* e *boe-bororo*⁴.

A ação cineclubista sempre esteve acompanhada com a realização de oficinas e cursos de capacitação voltados para profissionais locais, estudantes, artistas e amantes da sétima arte. De outra parte, as produções realizadas e/ou apoiadas pelo Núcleo compõem um diversificado portfólio com documentários que discutem a região, problematizam questões sociais e exaltam sua riqueza cultural, ambiental e étnica. Outra forte

¹ Doutor em Estudos de Cultura Contemporânea. Professor adjunto do ICHS-CUA-UFMT. Coordenador do NPD Araguaia. E-mail: gilson.costa@ufmt.br;

² Doutor em Ciências pela UFMG. Professor adjunto do ICHS-CUA-UFMT. E-mail: mausguedes@ufmt.br;

³ Estudante do Curso de Letras da UFMT - Campus Universitário do Araguaia. E-mail: gabriel_mitico@hotmail.com.

⁴ Alguns dos municípios que fizeram parte da formação inicial do Circuito Exibidor do Araguaia foram: General Carneiro (MT), Araguaiana (MT), Barra do Garças (MT), Pontal do Araguaia (MT) e Baliza (GO). Desde o início da pandemia, as atividades foram suspensas e estão em fase de retomada.



característica dos filmes produzidos pelo NPD-Araguaia é a participação de profissionais e pessoas da região impactando, inclusive, aspectos econômicos e propiciando a geração de renda, qualificação profissional e empregos temporários.

Nesse contexto de ações, o NPD-Araguaia vem consolidando uma trajetória de trabalho que atesta o seu compromisso com a educação, a cultura e a profissionalização, em sua interface com o campo do audiovisual, sempre priorizando grupos sociais vulneráveis, como povos indígenas e povos do campo.

Como uma de nossas experiências mais recentes, executadas na dimensão da relação entre juventude, educação e audiovisual, destacamos, para fins deste relato, a participação do Núcleo como apoiador e parceiro de uma atividade desenvolvida no âmbito da disciplina Educação no Campo, do curso de Licenciaturas em Letras/UFMT, a qual teve como materialidade a produção de um documentário discutindo a realidade educacional das crianças e jovens do Vale dos Sonhos⁵, e as potencialidades do audiovisual como instrumento para conquista da cidadania.

O cotidiano de estudantes rurais do Vale dos Sonhos: o audiovisual como ferramenta para a conquista da cidadania

A realidade enfrentada por estudantes e professores da zona rural no Brasil não é conhecida por grande parte da população urbana. Há décadas a população rural vem registrando extensa lista de lutas por direitos básicos. De acordo com Santos, Souza e Araújo (2021), em todo o processo político e educacional no Brasil, a população menos favorecida no que diz respeito à educação, sempre foi a população do campo.

A concepção inicial de “educação rural” não foi pensada em formar cidadãos, pois o campo era considerado como lugar do inferior e do atraso. Nesse sentido, Santos (2018:118) afirma que a “educação rural se norteava por interesses econômicos e ideológicos, primando, assim, não em garantir uma educação de boa qualidade aos

⁵ Vale dos Sonhos é um distrito do município de Barra do Garças – MT.



trabalhadores do meio rural, mas qualificá-los para uma permanência obediente, mesmo em condições adversas, visto que não havia investimentos públicos para melhorar a vida nesse território.”

Apesar das conquistas recentes - com inserção da Educação do Campo e as suas especificidades político-pedagógicas nas legislações federal, estadual e municipal- sabe-se que na prática, há enormes desafios a serem superados. Ainda são notáveis as carências e limitações vivenciadas por estudantes de áreas rurais, uma vez que a implementação efetiva dessas conquistas ainda carece de políticas públicas eficazes voltadas para essa realidade. Esses marcos legais são muito importantes e resultam de uma longa luta pela garantia de direitos e de afirmação cultural de todos os povos do campo - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (CNE, 2008).

Em 2019, uma atividade proposta em sala de aula mobilizou acadêmicos da disciplina de Educação do Campo⁶ que, em parceria com o NPD - Araguaia, decidiram registrar, na forma de um documentário, o cotidiano de estudantes que residem na zona rural do Distrito do Vale dos Sonhos, município de Barra do Garças-MT. Os acadêmicos estavam interessados em conhecer *in loco* a realidade dos estudantes da zona rural. Assim, a primeira etapa do documentário (entrevistas com estudantes, professores, pais/mães e o registro de imagens de uma das rotas feitas diariamente pelo ônibus até a escola) foi realizada nos meses de novembro e dezembro do ano supracitado.

Através da apropriação e uso das potencialidades do audiovisual, em especial da narrativa documental, este projeto almeja, de uma lado, dar visibilidade à experiência educacional de crianças e adolescentes rurais reivindicando a dimensão da cidadania para

⁶ Sensível à diversidade sociocultural da região e em sintonia com demandas e especificidades educacionais, o Curso de Licenciatura em Letras, do Campus Universitário do Araguaia – CUA/UFMT (Barra do Garças - MT), oferece a disciplina Educação do Campo, cujo objetivo é dar conhecimento do fenômeno e possibilitar a reflexão, em particular a acadêmicos e docentes dos sete cursos de licenciatura, sobre a história, os marcos legais e outros tantos fatores que envolvem o processo de educacional dos povos do campo.



esse grupo, e, de outro, possibilitar aos acadêmicos envolvidos, a interação com diferentes realidades e sujeitos ampliando o seu papel como agente social.

Os desafios e os sonhos de adolescentes do campo

Foram entrevistados para o documentário sete estudantes com idade entre 11 e 15 anos, a maioria do sexo feminino, todos residentes na zona rural (filhos de funcionários de fazendas ou de trabalhadores rurais assentados) e que utilizam diariamente o transporte escolar para estudar e chegar ao Centro Municipal de Educação Básica Castro Alves, situado no Distrito de Vale dos Sonhos. Os estudantes oriundos da zona rural representam mais da metade dos alunos dessa escola. A jornada de muitos desses estudantes inicia por volta de 03h30 da manhã quando acordam se preparam para ir ao encontro do ônibus escolar. De fazenda em fazenda ou assentamento pegando crianças e adolescentes, o ônibus leva aproximadamente 03 horas para chegar à escola que atende a educação infantil e o ensino fundamental das 7h30 às 11h45. Depois da aula, inicia o caminho de volta para casa, com a triste constatação de que os primeiros (a acordar!) serão os últimos (a chegar em casa).

O sono, o cansaço e o escasso tempo para brincar (ser criança... ser adolescente...) constituem as consequências mais visíveis do cotidiano desses estudantes rurais. Perguntados sobre o que mais gostam nessa experiência, a maioria dos estudantes respondeu que ir para a escola é legal porque é o lugar onde eles se encontram com os amigos e onde se desenvolvem através da aprendizagem. Muitos disseram que a parte ruim dessa experiência é o fato de ter que acordar bem cedo. Mas nem todos gostariam de ter uma escola perto de casa, justamente porque não teriam a diversidade de experiências que encontram na escola do Vale dos Sonhos. Embora tenham ressaltado que parte da vida escolar e da aprendizagem é prejudicada por não poderem participar dos projetos da escola que, geralmente, acontecem no período da tarde. Alguns estudantes disseram que escutam falas preconceituosas da parte de colegas por serem da zona rural. A despeito desses desafios diários enfrentados por todos estudantes, verificou-se que eles sonham grande e acreditam que através do estudo (da escola!) irão realizar esses sonhos!



O documentário, que está na fase de montagem na sede do NPD-Araguaia, traz para o primeiro plano os desafios, as angústias e esperanças dessas crianças e adolescentes, de seus familiares e agentes educacionais envolvidos no processo. Com uma linguagem sensível e cortês, o filme torna esses atores sociais protagonistas de suas próprias histórias ao deixar ser conduzido pelo percurso que escolta a vida de cada personagem. Da alvorada matutina que antecede o raiar do sol, às vias improvisadas que fazem o ônibus escolar sacolejar, as histórias vão surgindo e dando corpo à narrativa. A presença da câmera e da equipe de filmagem encoraja esses jovens ao manifesto das aspirações futuras e da pretensão pelo exercício da cidadania. Se outrora estavam anônimos entre os paredões da Serra do Roncador, diante da lente apresentam-se ao mundo na aposta de um futuro promissor calcado na conquista do direito à educação.

Neste enquadramento, delineamos o audiovisual como mecanismo de empoderamento de seus personagens e instrumento capaz de problematizar a realidade educacional das crianças e jovens do Vale dos Sonhos. Desta feita, a relação desses meninos e meninas (além de outros personagens coadjuvantes) não se deu de forma passiva como no contexto em que se aprecia uma obra audiovisual. Outrossim, foram eles os próprios condutores da narrativa, delimitando os contornos para *diegese* fílmica. Essa experiência proporciona uma outra relação com as potencialidades do audiovisual, uma vez que, na possibilidade de interrogar sobre questões da realidade concreta dos estudantes, vislumbra-se um lugar de fala, um meio em que é possível se comunicar com o mundo e compartilhar, mesmo que de forma fragmentada, os desafios a serem conquistados na realidade educacional de uma comunidade escolar no coração do Brasil.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgado em 5 de Outubro de 1988: Artigo 205.

_____. MEC. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 27.833, 23 dez. 1996.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CNE/CEB. Resolução nº 1, de 3 de Abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CNE/CEB. Resolução Nº 2, de 28 de Abril de 2008. Estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. CEE/MT. Resolução nº 126/2003. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 1/2018. Estabelece parâmetros para a organização e o funcionamento da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental), em suas etapas e modalidades, no Sistema Municipal de Ensino de Barra do Garças – MT.

COSTA, Gilson; BRAGA, Yrla; FIRMO, Yandra. Produção audiovisual: um caminho para liberdade e protagonismo juvenil na educação básica. Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 1 - 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/575>.

SANTOS, Ádna Souza; SOUZA, Edna. Moreira ; ARAÚJO, Rodrigo Guedes. Educação do Campo e Políticas Públicas: reflexões sobre a realidade da educação para os sujeitos do campo no Município de Santana-BA. Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES), [S. l.], v. 2, n. 2, p. 112-132, 2021. DOI: 10.22481/poliges.v2i2.8619. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/8619>. Acesso em: 11 de Maio de 2022.

SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2018, v. 26, n. 98 [Acessado 11 de Maio de 2022] , pp. 185-212. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002600965>>. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002600965>.